

Termo de Referência 11/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2023	153978-MEC/INEP/INST.NAC.DE EST.E PESQ. EDUCAC./DF	RODRIGO HENRIQUE DE FARIAS PENA PASSOS	22/05/2023 15:54 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	153978-10/2022	23036.002062/2022-68

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro predial, com franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD.	VALOR ESTIMADO DO PRÊMIO
1	Prestação de serviço de seguro predial, com franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário, danos elétricos; vazamento de <i>Sprinklers</i> e danos a equipamentos eletrônicos. (Sede INEP)	13943	Apólice	1	R\$ 65.948,16

1.1.1 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a publicação da Portaria INEP nº 549, de 20 de dezembro de 2022 (SEI 1064656).

1.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras, que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 01678363000143-0-000001/2023
- Data de publicação no PNCP: 13/02/2023
- Id do item no PCA: 10
- Classe/Grupo: 713 — SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES(EXCETO SERVIÇO DE SEGURO) EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA
- Identificador da Futura Contratação: 153978 – 10/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.1.2. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;

4.1.3. A contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta por meio de corretora de seguros, conforme a Decisão n. 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU);

4.1.4. A empresa seguradora deverá apresentar atestado da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, dentro da validade, que comprove a regularidade do licitante para operar no mercado segurador brasileiro e a licitante não está sob intervenção ou processo de liquidação extrajudicial;

4.1.5. Não haverá exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte na licitação.

4.1.5.1. Justifica-se não aplicação do tratamento diferenciado para participação exclusiva de empresa na condição de Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar 123/2006, pois as Seguradoras que são as empresas aptas a prestar os serviços de Seguros não se enquadram como ME ou EPP, uma vez que o ramo segurador é composto exclusivamente por Sociedades Anônimas ou Cooperativas, é o que dispõe o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que trata sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, ao qual todas as operações de seguros privados realizados no País estão subordinadas.

4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

4.2.1.1. Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

4.3. Subcontratação:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.4. Garantia da contratação:

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 2% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.4.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

4.4.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer conforme disposto no art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Transição contratual:

4.4.1. Não é necessário em virtude de registro histórico que deverá ser realizado durante a execução do contrato.

4.5.1.1. Além disso, não é praxe do mercado tal transição em relação aos serviços a serem contratados, mas sim a disponibilização, pela Administração, dos históricos à próxima empresa contratada.

4.4. Vistoria:

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2022-3230.

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Na visita, será possibilitada ao licitante vistoria no patrimônio mobiliário e imobiliário a assegurar, para o proponente ter conhecimento das suas reais condições.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Além dos pontos acima, o licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para celebração do contrato, conforme anexo III deste instrumento.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A emissão da apólice será feita em até 15 (quinze) dias contados a partir publicação do contato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em conformidade com o Art. 94 da Lei nº 14.133/2021, havendo a opção de assinatura de forma eletrônica com certificado digital emitido pelo ICP-Brasil e tendo pleno conhecimento das condições necessárias.

5.1.1.1. A vigência da apólice de seguro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão, podendo ser renovada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- Apólice de seguro predial em nome do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- O período de cobertura deverá ser de tipo 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).
- A contratada deverá providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
- Nos casos de pagamento de sinistros à Contratante, o mesmo será efetuado por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida em nome do INEP, em moeda nacional corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias após o acionamento da seguradora.
- Os quantitativos apresentados neste tempo referem-se a levantamentos das atuais condições do imóvel, sem previsão de acréscimos futuros.
- Todos e quaisquer bens acrescidos ou incorporados ao patrimônio já existente do imóvel, na vigência do Contrato, deverão ser cobertos automaticamente pelo seguro, quando a soma dos valores desses bens for inferior ou igual a 1% do valor total segurado. Igualmente, sempre que houver desincorporação de bens, na vigência do contrato, cuja soma dos valores desses bens forem superiores a 1% (um por cento) do valor segurado, ocorrerá a desincorporação dos respectivos valores do total segurado.
- Os bens móveis poderão ser deslocados de um andar para outro imóvel, sem consulta à seguradora, sem perder suas condições de segurados e sem alteração nos valores segurados.
- A ocupação do imóvel poderá ser modificada, em virtude de remanejamentos no espaço físico, sem importar, entretanto, mudanças das descrições físicas dos imóveis, ou nos valores segurados.

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total do prêmio, em números e por extenso, em moeda corrente, de acordo com os preços praticados no mercado.

5.2.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, materiais, bens, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam direta e indiretamente na execução do objeto.

5.3. A empresa contratada deverá prestar os serviços de seguro predial para os bens móveis e imóveis do INEP, conforme descrito nesse item, com coberturas para os eventuais danos elencados no item 3.3.5, atentando-se para a legislação vigente, bem como para todos os requisitos a serem elencados neste Termo de Referência e demais documentos pertinentes;

5.4. A cobertura Básica comportará, ao menos, os riscos contra incêndios de qualquer natureza, inclusive decorrentes de greves, quedas de raios e explosões de qualquer natureza.

5.5. As coberturas acessórias compreenderão, ao menos, danos elétricos, vazamento de *sprinklers*, equipamentos de informática, máquinas, móveis, utensílios do segurado, além dos danos causados ao próprio imóvel em função da ocorrência do evento coberto.

5.5.1. Na cobertura de danos elétricos devem estar incluídos os riscos causados a instalações eletrônicas ou elétricas, inclusive os conduítes, materiais de acabamento, pinturas, lambris, devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito, ou fenômeno de natureza elétrica, bem como pela queda de raio ocorrida fora do terreno ou imóvel segurado.

5.6. Descrição resumida do edifício e da instalação a serem segurados:

5.6.1. O local a ser assegurado não é tombado pelo Patrimônio Histórico do DF e não está em processo de construção ou reforma.

5.6.2. Não houve registro de sinistro nos últimos 5 (cinco) anos.

5.6.3. A edificação a ser seguradas não está em construção ou em reforma. As intervenções de manutenção são realizadas rotineiramente.

5.6.3 A área total construída do edifício a ser segurado soma aproximadamente 26.363,59m² (vinte e seis mil trezentos e sessenta e três metros quadrados e cinquenta e nove centésimos de metro quadrado), considerando área “coberta” e “descoberta”, conforme detalhamento abaixo:

PAVIMENTOS	ÁREA TOTAL POR PAVIMENTO
1º SUBSOLO	4.972,81
TERREO	2.415,77
1º PAVIMENTO	8.266,56
2º PAVIMENTO	7.703,94
TERRAÇO	3.004,51
ÁREA TOTAL	26.363,59

5.6.5. Descrição do prédio por pavimento:

- **Subsolo 3 (G2) :**

Piso em concreto polido, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado a serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- Acesso à torre de circulação (Escadas de emergências e Elevadores) controlada por catraca eletrônica de acesso, pórtico de detecção de metais, equipamento de raio-x de bagagens e pequenos volumes, e vigilante não armado;
- Ventiladores de exaustão;
- Sala do banco de baterias;
- Cômodo técnico da central de água gelada;
- Reservatório inferior de água;
- Salas de Bombas: de Sprinklers; Recalque de água potável; Recalque de esgoto e de água pluvial; E conjuntos de motobombas;
- Sala do sistema de ar condicionado central, por resfriamento de água -Chiller- (2 unidades);
- Sala de equipamentos de manutenção predial;
- Depósito rotativo de bens permanentes;
- Depósito de equipamentos de TI;
- 172 vagas para carros.

- **Subsolo 2 (G1):**

Piso em concreto polido, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado à serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- 2 Vestiários coletivos, sendo 1 masculino e 1 feminino;
- Acesso à torre de circulação (Escadas de emergências e Elevadores) controlada por catraca eletrônica de acesso, pórtico de detecção de metais, equipamento de raio-x de bagagens e pequenos volumes, e vigilante não armado;
- 1 Copa coletiva;
- Ventiladores de exaustão;
- 2 Salas para o Grupo Motoventilador de pressurização das escadas de emergência;
- Sala de automação;
- Acesso ao palco do auditório, com camarim e banheiro;
- Sala de no-breaks;

- 3 Salas de depósito;
- 140 vagas para carros e 14 para motocicletas.

- **Subsolo 1 (Auditório):**

Piso em concreto polido, na área da sala segura e circulação com piso elevado e forro mineral modular, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado à serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- Acesso à área interna do prédio controlada por catraca eletrônica de acesso, pórtico de detecção de metais, equipamento de raio-x de bagagens e pequenos volumes, e vigilante armado;
- Instalações sanitárias: 4 banheiros coletivos, sendo 2 masculinos e 2 femininos; 2 banheiros PCD; 2 vestiários coletivos, sendo 1 masculino e 1 feminino; 2 DMLs;
- 2 Copas coletivas;
- 1 Sala de central de instalações de telecomunicações (TI);
- 2 salas de central de ar condicionado;
- 2 salas de central elétrica;
- 2 salas de lixo;
- 1 Sala da brigada de incêndio;
- 3 Salas para as equipes de manutenção e segurança;
- 6 Salas para as equipes de cargos administrativos;
- Ambiente seguro AFIS (BNI);
- Sala cofre;
- 2 Salas de grupos de geradores, com 2 unidades cada;
- Subestação;
- Sala de no-breaks;
- Sala de almoxarifado (em processo de desativação);
- Auditório com capacidade para 242 lugares com salas de tradução e áudio/vídeo;
- 10 vagas de motocicletas e bicicletário.

- **Térreo:**

Piso em granito na circulação externa do edifício, piso elevado nas áreas de escritórios, piso em porcelanato no hall de entrada e circulação dos elevadores e das áreas comuns, forro em gesso acartonado, forro mineral modular e fachada em esquadria de alumínio, vidros e ACM. Paredes em alvenaria na caixa de escada, elevadores e sanitários e gesso acartonado nos cômodos técnicos. Planejamento interno dos ambientes com divisórias, de estrutura metálica e painéis em MDF.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado à serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- Acesso à área interna do prédio controlada por 2 catracas eletrônicas de acesso, pórtico de detecção de metais, equipamento de raio-x de bagagens e pequenos volumes, 2 vigilantes, sendo um armado. E uma equipe de 4 recepcionistas;
- Instalações sanitárias: 8 banheiros coletivos, sendo 2 masculinos e 2 femininos e 4 sem definição localizados na área externa (pilotis); 3 banheiros privados; 2 banheiros PCD; 2 DMLs;
- 2 Copas coletivas;
- 1 Sala de central de instalações de telecomunicações (TI);
- 2 salas de central de ar condicionado;
- 2 salas de central elétrica;
- 2 salas de lixo;
- Sala de monitoramento do CFTV;
- Acesso de veículos à área de desembarque com acesso controlado por um portão de fechamento manual e vigilante armado;
- Acesso de veículos às garagens nos subsolos com acesso controlado por uma cancela automática e vigilante armado;
- Internamento o pavimento é dividido em duas alas simétricas divididas pela torre de circulação (Escadas de Emergências e Elevadores) instalada no eixo de menor comprimento do prédio. Nas alas estão presentes as salas e escritórios da autarquia. O acesso às alas é controlado por meio de fechaduras eletrônicas e crachás de identificação dos funcionários. No térreo exclusivamente está alocada a biblioteca da autarquia, ocupando uma das alas e o controle de acesso ocorre apenas pela equipe de recepção e portas de vidro com trancas manuais.

• **1º e 2º Pavimentos (Pavimentos Tipo):**

Piso elevado nas áreas de escritórios, piso em porcelanato na circulação dos elevadores e das áreas comuns, forro em gesso acartonado, forro mineral modular e fachada em esquadria de alumínio, vidros e ACM. Paredes em alvenaria na caixa de escada, elevadores e sanitários e gesso acartonado nos cômodos técnicos. Planejamento interno dos ambientes com divisórias, de estrutura metálica e painéis em MDF.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado à serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- Instalações sanitárias: 4 banheiros coletivos, sendo 2 masculinos e 2 femininos; 4 banheiros privados; 2 banheiros PCD; 2 DMLs;
- 2 Copas coletivas;
- 1 Sala de central de instalações de telecomunicações (TI);
- 2 salas de central de ar condicionado;
- 2 salas de central elétrica;
- 2 salas de lixo;

- Internamento o pavimento é dividido em duas alas simétricas divididas pela torre de circulação (Escadas de Emergências e Elevadores) instalada no eixo de menor comprimento do prédio. Nas alas estão presentes as salas e escritórios da autarquia. O acesso às alas é controlado por meio de fechaduras eletrônicas e crachás de identificação dos funcionários.

- **Cobertura / Terraço:**

Piso elevado nas áreas de escritórios, piso em porcelanato na circulação dos elevadores e das áreas comuns, forro em gesso acartonado, forro mineral modular e fachada em esquadria de alumínio, vidros e ACM. Paredes em alvenaria na caixa de escada, elevadores e sanitários e gesso acartonado nos cômodos técnicos. Planejamento interno dos ambientes com divisórias, de estrutura metálica e painéis em MDF.

- 4 Elevadores de máquina de tração, com capacidade para 975 Kg, sendo um destinado à serviço;
- 2 Escadas de emergência a prova de fumaça pressurizadas (PFP);
- Instalações sanitárias: 4 banheiros coletivos, sendo 2 masculinos e 2 femininos; 4 banheiros privados; 2 banheiros PCD; 2 DMLs;
- 2 Copas coletivas;
- 1 Sala de central de instalações de telecomunicações (TI);
- 2 salas de central de ar condicionado;
- 2 salas de central elétrica;
- 2 salas de lixo;
- Internamento o pavimento é dividido em duas alas simétricas divididas pela torre de circulação (Escadas de Emergências e Elevadores) instalada no eixo de menor comprimento do prédio. Nas alas estão presentes as salas e escritórios da autarquia. O acesso às alas é controlado por meio de fechaduras eletrônicas e crachás de identificação dos funcionários.
- Cobertura de laje impermeabilizada;
- Caixa d'água;
- Sala de Bombas de pressurização;

5.6.6. Preventivos Existentes:

5.6.6.1. Dois para-raios do tipo Franklin sobre a cobertura, instalados no ponto mais alto do prédio, dimensionados e distribuídos de forma a proteger toda a área; rede de hidrantes não pressurizada, totalizando 44 hidrantes; 172 extintores manuais de incêndio distribuídos pela edificação conforme norma, tipo e capacidade; duas escadas de emergência externas, com portas corta-fogo, pressurização das escadas e iluminação de emergência a baterias.

5.6.6.2. Condicionamentos localizados – Chillers, Fancoils e VRFs; instalações elétricas normal e estabilizada por meio de 3 equipamento No-Break de 200 KVA, 1 de 250 KVA da marca New Wave UPS System e 3 No-break de 200 KVA da marca HDS, cabeamento estruturado para transmissão de dados e voz; instalações hidrossanitárias para WCs, copas, DMLs, vestiários e para o sistema de combate a incêndio; forros em gesso mineral e gesso acartonado; divisórias removíveis, revestidas em laminado melamínico; piso elevado, pisos frios (porcelanato) e carpetes (no auditório).

5.6.6.3. Segue abaixo os quantitativos e os locais dos equipamentos protecionistas:

ANDAR	HIDRANTES	MANGUEIRAS	CHAVES STORZ	SPRINKLERS

G2	10	20	9	327
G1	10	14	9	321
PAV. A	11	21	10	314
TERREO	10	19	9	280
1 ° ANDAR	7	14	7	345
2° ANDAR	7	14	7	308
COBERTURA	7	14	7	257
TOTAL	62	116	58	2.152

5.6.7. Valor do bem segurado e coberturas acessórias:

COBETURA BÁSICA			
ÓRGÃO/ENDEREÇO	VALOR DE RISCO DECLARADO (VDR)		
SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908	EDIFICAÇÃO	BENS INFORMÁTICA / MOBILIÁRIO /UTENSÍLIOS /EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL A SER SEGURADO
VALOR	R\$ 102.837.510,06	R\$ 178.391.3093,55	R\$ 281.228.819,61

COBETURAS ACESSÓRIAS	
DESCRIÇÃO	LMI
Danos Elétricos	R\$ 7.111.123,81
Vazamento de Sprinklers	R\$ 1.720.586,04
Equipamentos Eletrônicos (sem roubo)	R\$ 10.760.405,22

5.6.7.1. Os valores das coberturas acessórias foram fixados tendo em vista a importância dos bens protegidos e a probabilidade de ocorrência do sinistro que a cobertura pretende cobrir.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.7. O local da instalação a ser segurada está situado no Distrito Federal, em Brasília, no endereço: SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908, Sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.8. A proposta deverá conter os seguintes requisitos:

5.8.1. prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

5.8.2. especificação detalhada do objeto ofertado em conformidade a Planilha de Custos e Formação de Preços de que trata o anexo II deste Termo;

5.8.3. nome ou razão social do proponente, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato, bem como: estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

5.8.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

5.8.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo Edital.

5.8.6. Poderá, a critério da administração, ocorrer diligências para verificação das informações apresentadas na proposta.

5.8.7. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.13.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.13.2. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.13.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.14. Deverá ser observado o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (SEI n.º 0608568), publicado no portal do Inep no dia 2 de dezembro de 2020.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Do recebimento

7.1. A Apólice de Seguro será recebida provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias após sua emissão.

7.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.4. A Apólice de Seguro poderá ser rejeitada no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2. A Apólice de Seguro será recebida definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8. O prêmio do seguro terá o seu pagamento efetuado por meio de documento de cobrança emitido pela Seguradora, onde constarão, pelo menos, os seguintes elementos, independentemente de outros exigidos pelas normas em vigor:

- a) identificação do Segurado;
- b) valor do prêmio;
- c) data de emissão e o número da proposta de seguro; e
- d) data limite para o pagamento.

7.9. O LMI (Limite Máximo de Indenização) será por local e representará 100% do valor do risco a ser segurado.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado via ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.35.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios, ou incentivos fiscais, ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

Exigências de habilitação:

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.3 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.6.. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio, ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.10. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

8.2.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.14. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.2.15. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

8.2.16. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.17. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica:

8.2.18. A contratada deverá apresentar a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar neste segmento.

8.2.19. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.20. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.2.20.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante possui experiência mínima e que prestou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.2.20.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017. A anualidade em questão refere-se ao tempo de vigência da cobertura da apólice, independente do prazo de vigência contratual.

8.2.20.3. O serviço compatível consiste na anterior emissão de apólice de seguro predial, devendo o prazo total de cobertura, ainda que somados atestados diversos, perfazer o período anteriormente indicado (1 ano).

8.2.20.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.20.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.21. A apresentação de atestados de capacidade técnica ou qualquer outra documentação incompatível com o objeto do certame será interpretada como interferência negativa no normal andamento de qualquer ato da licitação e será passível de aplicação das sanções previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.22. Em caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.2.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.2.22.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.2.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.2.22.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.2.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.2.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.2.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 65.948,16

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 65.948,16 (sessenta e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) para 12 (doze) meses.

9.2. Para cálculo do valor estimado para contratação do seguro (prêmio), em respeito ao art. 5º da IN 65/2021, adotamos os seguintes parâmetros e metodologia:

9.2.1. Priorizaram-se os parâmetros I, II e IV da IN nº 65/2021;

9.2.2. Comparação da taxa de prêmio (prêmio ÷ valor em risco declarado) — também denominada taxa comercial ou tarifária;

9.2.3. Obtenção de uma taxa de prêmio média, no valor de 0,02345%

9.3. A estimativa de custo considerou o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 153978

II. Fonte de Recursos: 100

III. Programa de Trabalho: 0032

IV. Elemento de Despesa: 339039

V. Plano Interno: VII13N0127N

10.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Disposições Finais

11.1 Este documento é de caráter preparatório e possui informações pertinentes à licitação, que serão utilizadas como fundamento de tomada de decisão; portanto, seu acesso, neste momento, é restrito. O direito de acesso às informações aqui contidas será assegurado com a edição do ato decisório respectivo (art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011).

11.2. Integram este instrumento, os seguintes anexos:

Anexo I — **TABELA COBERTURA**

Anexo II — **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Anexo III — **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Anexo IV — **DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA**

Anexo V — **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONALD SIQUEIRA BARBOSA FILHO

Pesquisador-Tecnologista - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/05/2023 às 16:54:47.

LEONARDO VIANA PEREIRA ERVILHA

Técnico em Informações Educacionais - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 17/05/2023 às 12:01:54.

LIVIA LEITE DE FREITAS

Coordenadora de Recursos Logísticos - Substituta



Assinou eletronicamente em 18/05/2023 às 17:25:05.

LARISSA DE LIMA TRINDADE

Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa



Assinou eletronicamente em 22/05/2023 às 11:56:36.

RICARDO MAGALHAES DIAS CARDOZO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/05/2023 às 15:54:09.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - anexo I.pdf (145.03 KB)
- Anexo II - Anexo II.pdf (129.96 KB)
- Anexo III - Anexo III.pdf (100.74 KB)
- Anexo IV - anexo IV.pdf (104.25 KB)
- Anexo V - Anexo V.pdf (111.21 KB)

Anexo I - anexo I.pdf


INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Anexo

Processo nº 23036.002062/2022-68

ANEXO I
TABELA COBERTURA

COBERTURA BÁSICA			
ÓRGÃO/ENDEREÇO	VALOR DE RISCO DECLARADO (VDR)		
SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908	EDIFICAÇÃO	BENS INFORMÁTICA/ MOBILIÁRIO /UTENSÍLIOS /EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL A SER SEGURADO
VALOR	R\$ 102.837.510,06	R\$ 178.391.309,55	R\$ 281.228.819,61

COBERTURA ADICIONAL	
DESCRIÇÃO	LMI
Danos Elétricos	R\$ 7.111.123,81
Vazamento de Sprinklers	R\$1.720.586,04
Equipamentos Eletrônicos (sem roubo)	R\$ 10.760.405,22

Visto do representante legal ou procurador da empresa Carteira de Identidade:.....
 Órgão Expedidor:..... Obs.

OBS: Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração, se for o caso.

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908

Telefone: - www.inep.gov.br

Referência: Processo nº 23036.002062/2022-68

SEI nº 1159461

Anexo II - Anexo II.pdf



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Anexo

Processo nº 23036.002062/2022-68

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PREENCHIMENTO POR PARTE DA EMPRESA LICITANTE) A SEGUIR, APRESENTAMOS TABELA DEMONSTRANDO COMO A PROPONENTE DEVE APRESENTAR SUA PROPOSTA:

IDENTIFICAÇÃO:				
RAZÃO SOCIAL:			CNPJ/MF:	
ENDEREÇO:				
CIDADE:		UF:	CEP:	
TELEFONE: ()				
E-MAIL:				
VALIDADE DA PROPOSTA:				
PLANILHA DE CUSTOS DISCRIMINATIVA E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ÓRGÃO/ENDEREÇO	VALOR DE RISCO DECLARADO (VDR)			VALOR TOTAL DO PRÊMIO
SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908	EDIFICAÇÃO	BENS INFORMÁTICA/ MOBILIÁRIO / UTENSÍLIOS /EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL A SER SEGURADO	
VALOR	R\$ 102.837.510,06	R\$ 178.391.309,55	R\$ 281.228.819,61	R\$
COBERTURA ADICIONAL				
DESCRIÇÃO	LMI			FRANQUIAS
Danos Elétricos	R\$ 7.111.123,81			
Vazamento de Sprinklers	R\$1.720.586,04			
Equipamentos Eletrônicos (sem roubo)	R\$ 10.760.405,22			

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, fretes, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)

(Local e data)

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908
SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908
Telefone: - www.inep.gov.br

Anexo III - Anexo III.pdf

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

Anexo

Processo nº 23036.002062/2022-68

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Processo Administrativo: XXXXXXXXXXXXX

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro predial, com franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência para a contratação do objeto acima, que, sob as penalidades da lei, temos pleno conhecimento das condições e particularidades inerentes à prestação dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este Inep.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época do certame para solicitar qualquer alteração de valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja vencedora.

<Local e Data>

<Assinatura e carimbo>

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908

Telefone: - www.inep.gov.br

Anexo IV - anexo IV.pdf

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

Anexo

Processo nº 23036.002062/2022-68

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA****Nome da Empresa:****CNPJ:****Endereço:****Telefone:****E-mail:**

Declaro que VISTORIEI minuciosamente o local para a prestação dos serviços, constantes do objeto do Termo de Referência, e tomei conhecimento das reais condições de execução, bem como coletei informações e todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

OU

Optamos pela NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial ofertada para o CRO-DF, em nome da empresa que represento.

Brasília/DF,de.....de 20XX. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Visto do representante legal ou procurador da empresa Carteira de
Identidade:.....Órgão Expedidor:..... Obs.

OBS: Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração, se for o caso.

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70610-908

SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - Cobertura, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP
70610-908

Telefone: - www.inep.gov.br

Anexo V - Anexo V.pdf

Estudo Técnico Preliminar 3/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23036.002062/2022-68

2. Descrição da necessidade

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep possui a necessidade de contratação de seguro predial, decorrente da necessidade da Administração acautelar-se quanto a ocorrência de eventuais sinistros que possam comprometer seu patrimônio e a condução de seus trabalhos.

Nesse contexto, compete ao INEP assegurar os bens, móveis e imóveis, equipamentos, publicações, dentre outros, de posse da Autarquia e que estejam dispostos em seu interior. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física desses bens, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndios, raios e explosões de qualquer natureza.

De fato, o serviço de seguro predial é decorrente da necessidade de a Administração prevenir-se de eventuais sinistros que possam comprometer seu patrimônio e deve acontecer de modo permanente, pois poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente.

Portanto, é de competência intrínseca preservar o patrimônio público e zelar pela sua conservação, pois dessa forma diminui consideravelmente a ocorrência de estragos, muitas vezes irreversíveis, ao patrimônio dessa autarquia. A preservação dos bens patrimoniais está expressamente descrita na Lei de Improbidade Administrativa no seu artigo 10 e a omissão ou ação que resulte na lesão ao Erário será caracterizado pela conduta dolosa ou culposa, resultando em responsabilização do agente público.

Oportuno notar que os bens patrimoniais – edificações e seus conteúdos – do INEP representam valores expressivos, que devem ser mantidos e garantidos por meio de cobertura de seguro adequada e equivalente, capaz de preservá-los na ocorrência de eventual sinistro.

O contrato nº 08/2018, firmado com a empresa Somp Seguros S.A.(CNPJ 61.383.493/0001-80), expira em 19 de março de 2023, sendo necessária nova contratação dos serviços a fim de que se possa dar continuidade à cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que esta Autarquia está exposta. Registra-se que não houve acionamento de sinistro nos últimos 5 (cinco) anos.

Trata-se de serviço essencial, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do INEP.

Por fim, a contratação alinha-se com o Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023, relacionada aos processos de suporte - atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, mais precisamente na gestão da logística pública em gestão das contratações e das aquisições de bens e serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Recursos Logísticos	Livia Leite de Freitas - Substituta

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação em tela tem natureza continuada por se tratar de serviços necessários para o desempenho das atribuições desta Autarquia, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, atividades estas que estão voltadas ao funcionamento das rotinas de segurança e operacionais desta Autarquia e está conforme o Inciso XLI do art. 2º da **Portaria INEP nº 549, de 20 de dezembro de 2022(1064656)**.

Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no termos do inciso II do art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico.

Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

O serviço de seguro predial possui natureza continuada e justifica-se em razão da apólice de seguros proporcionar coberturas: contra incêndio, explosões, implosão e danos elétricos, quebra de vidros, evitando possível prejuízos, sendo que uma eventual ausência da apólice de seguros poderá causar prejuízos incalculáveis para Administração, gerando custos adicionais e consequentemente paralisação das atividades gerais dessa Autarquia.

A vigência será de até 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, consoante art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A possibilidade de prorrogação plurianual do contrato se justifica devido à natureza contínua dos serviços que serão contratados, bem como à redução do custo administrativo relativo à instrução para prorrogação contratual, cujo contrato necessita estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais, no âmbito do INEP.

Dos requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

O local da instalação a ser segurada está situado no Distrito Federal, em Brasília, no endereço: SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908, Sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep;

A área total construída do edifício a ser segurado soma aproximadamente 26.363,59m² (vinte e seis mil, trezentos e sessenta e três metros quadrados e cinquenta e nove centímetros quadrados).

O local a ser assegurado não é tombado pelo Patrimônio Histórico do DF e não está em processo de construção ou reforma.

Fica assegurado o direito do licitante de vistoriar os imóveis descrevendo, se necessário, por exemplo, a existência de escadas de emergência, número de elevadores, ar condicionado, tipo de piso, tipo de forro, tipo de instalação elétrica etc., de modo a restar claro as instalações que serão objeto do seguro predial.

Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato a partir da entrega da apólice para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas neste no Termo de Referência, na proposta e na Apólice, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante atesto da Nota Fiscal;

A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a execução do serviço e demais itens pertinentes em desacordo com as especificações técnicas exigidas;

A apólice de seguro de bens móveis e imóveis adotada pela Contratada deverá conter, impreterivelmente, que o prazo máximo para as **indenizações decorrentes de sinistros não seja superior a 30 (trinta) dias**;

A Contratada deverá fornecer informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens móveis e imóveis objeto deste Estudo Técnico Preliminar;

A licitante vencedora fica obrigada a efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação do contato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) conforme o Art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Caso não seja expedida no prazo estipulado, a adjudicação será cancelada, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital.

Para poder ser habilitada no processo licitatório a empresa deverá comprovar:

Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado;

Registro ou Inscrição na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, sendo o órgão do governo brasileiro responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização, etc.

Não haverá exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte na licitação.

Justifica-se não aplicação do tratamento diferenciado para participação exclusiva de empresa na condição de Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar 123/2006, pois as Seguradoras que são as empresas aptas a prestar os serviços de Seguros não se enquadram como ME ou EPP, uma vez que o ramo segurador é composto exclusivamente por Sociedades Anônimas ou Cooperativas, é o que dispõe o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que trata sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, ao qual todas as operações de seguros privados realizados no País estão subordinadas.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

À necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não será necessária a transição contratual diante do objeto da prestação do serviço.

5. Levantamento de Mercado

Em consulta ao site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisionado/en/dades-supervisionadas>), obteve-se uma relação de 127 (cento e vinte e sete) empresas seguradoras que ofertam o seguro de danos, conforme documento "Relação de Empresa SUSEP" (1024258), no âmbito do Distrito Federal, destaca-se as seguintes empresas:

SOMPO SEGUROS S.A. - CNPJ 61.383.493/0001-80

GENTE SEGURADORA SA - CNPJ 90.180.605/0001-52

AXA SEGUROS S.A. - CNPJ 19.323.190/0001-06

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ 61.198.164/001-60

VERTCE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA - CNPJ 33.722.947/0001-65

CAIXA SEGURADORA S.A. - CNPJ: 34.020.354/0001-10

SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ: 26.314.512/0001-16

YOUSE SEGURADORA S.A. - CNPJ: 24.856.160/0001-03

Consultamos também o Pannel de Preços, por meio do endereço eletrônico: Pannel de Preços e Banco de Preços e destacamos:

UASG / ÓRGÃO	SEGURADORA	Nº DO PREGÃO / CONTRATO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
		PE Nº 3/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de seguro predial contra riscos derivados de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval, furacão, tornado e granizo, responsabilidade civil operações, furto qualificado e roubo de bens,

153173- Fundo Nac. de Desenvolvimento da Educação	AXA SEGUROS S.A. - 19.323.190 /0001-06		quebra de vidros, alagamento, inundações, derramamento acidental de sprinklers.
243001 - Instituto NaC. de Tecnologia a Informação	GENTE SEGURADORA SA - 90.180.605 /0001-02	DISPENSA Nº 9/2022	Contratação de empresa especializada na prestação de seguro predial, serviço de cobertura de seguro total contra incêndio, descarga atmosférica, impacto de veículos terrestres, vendaval, granizo, queda de aeronave, desmoronamento, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, alagamento, inundações, responsabilidade civil, quebra de vidros, veículos estacionados na garagem interna (subsolo) do edifício, equipamentos eletrônicos para atender ao ITI.
925040 - Ministério Público do estado de Rondônia	SOMPO SEGUROS S.A. - 61.383.493 /0001-80	PE Nº 43 /2022	Contratação de empresa prestadora de serviços de seguro predial, tipo primeiro risco relativo, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Ministério Público do Estado de Rondônia.
253003 - Agência Nacional de Saúde Suplementar	SOMPO SEGUROS S.A. - 61.383.493 /0001-80.	PE Nº 6/2022	Contratação de serviços de SEGURO PREDIAL E PATRIMONIAL, contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (vendaval, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil) para os bens móveis e imóveis, instalações, utensílios, materiais, mobiliários em estoque/em uso e equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos escritórios da ANS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
135026 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	GENTE SEGURADORA SA	PE Nº 2/2022	Prestação de Serviços de Seguro predial e mobiliário para a Embrapa Instrumentação e para o Laboratório Nacional de Referência em Agricultura de Precisão – LANAPRE.
154003 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		PE Nº 23 /2021	Contratação de serviços de empresa especializada para a prestação de seguro predial contra riscos de incêndio, incluindo a cobertura para incêndios provocados por danos elétricos, queda de raio e explosão de qualquer natureza, dos imóveis e móveis pertencentes a CAPES e Arquivo Central, bem como suas instalações.

6. Descrição da solução como um todo

SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Serviço de seguro predial, com franquia, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário para atender as necessidades do Inep.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA :

Da análise das citadas contratações no item 4.2, verifica-se que as contratações são bastante similares, onde se contrata empresa seguradora registrada na SUSEP, definindo-se as coberturas para os bens móveis e imóveis dos Órgãos e o valor do prêmio em caso de sinistro, sendo estabelecido percentual de franquia em grande parte delas. Assim, não foi encontrado nenhuma solução e contratações realizadas diferentes do descrito acima.

SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Descrição resumida do edifício e da instalação a serem segurados:

O local da instalação a ser segurada está situado no Distrito Federal, em Brasília, no endereço: SIG QUADRA 04 LOTE 327 Edifício Villa Lobos, CEP 70.610-908, Sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep;

A área total construída do edifício a ser segurado soma aproximadamente **26363,59m²** (vinte e seis mil, trezentos e sessenta e três metros quadrados e cinquenta e nove centímetros quadrados).

O local a ser assegurado não é tombado pelo Patrimônio Histórico do DF e não está em processo de construção ou reforma.

Área construída:

PAVIMENTOS	ÁREA TOTAL POR PAVIMENTO
1º SUBSOLO	4.972,81
TERREO	2.415,77
1º PAVIMENTO	8.266,56
2º PAVIMENTO	7.703,94
TERRAÇO	3.004,51
ÁREA TOTAL	26.363,59

Descrição do prédio por pavimento:

Subsolo 3 (G2) :

Almoxarifado da manutenção, 2 depósitos, sala do banco de baterias, reservatório inferior, bombas de sprinklers, bombas de recalque de água potável, bombas de recalque de esgoto e água pluvial.

Comodo técnico da central de água gelada, 2 Chillers, Marca McQuay – Daikin uma com 260 TR e outra com 130 TR, conjuntos moto bombas e ventiladores de exaustão.

Piso em concreto polido, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

1 catraca eletrônica de acesso marca Wolpac, 1 pórtico de detecção de metais marca Mineoro e 1 equipamento de Raio X marca VMI.

Caixa Eletrônico do banco Caixa Econômica Federal / Banco do Brasil.

Subsolo 2 (G1):

2 salas para Grupo moto ventilador (pressurização das escadas), sala da automação, 2 vestiários, 1 copa, 3 depósitos, camarim com banheiro, acesso ao palco do auditório e sala de no-breaks.

1 catraca eletrônica de acesso marca Wolpac, 1 pórtico de detecção de metais marca Mineoro e 1 equipamento de raio X marca VMI, 148 vagas para carros, 19 vagas para motocicletas e ventiladores de exaustão.

Piso em concreto polido, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

Subsolo 1 (Auditório):

2 Copas, 2 vestiários, 2 banheiros coletivos masculino, 2 banheiros coletivos feminino, 2 banheiros PNE, 2 DML's, 2 salas da manutenção, sala dos motoristas, sala da brigada, sala da equipe de limpeza, sala dos montadores, sala da equipe de apoio, sala das equipes das copeiras, sala segura (BNI), sala cofre, sala da telemática, sala dos quadros elétricos, sala copiadora, 2 salas de grupos geradores com 2 unidades cada, sendo 2 da marca Cummins de 625 KVA e 2 da marca Heimer 350 KVA, Subestação, sala da segurança, sala de No-breaks, almoxarifado INEP, Sala da Associação dos servidores, 3 salas de treinamentos, auditório com capacidade para 242 lugares com sala de tradução e sala de áudio/vídeo.

1 catraca eletrônica de acesso marca Wolpac, 1 pórtico de detecção de metais marca Mineoro e 1 equipamento scanner marca VMI. Equipamentos de condicionamento de ar (Fan coils e VRFs)

Possui 12 vagas de motocicletas e bicicletário.

Piso em concreto polido, na área da sala segura e circulação com piso elevado e forro mineral modular, paredes em pintura. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

Térreo:

Portaria com recepção, 2 catracas eletrônicas de acesso marca Wolpac, 1 equipamento scanner marca VMI e 1 pódio de detecção de metais marca Mineoro, Circulação, instalações sanitárias coletivas e PNE, 2 DMLs, 2 sala de quadros elétricos, 2 salas da telemática, 2 salas do ar condicionado, sala de monitoramento do CFTV, protocolo, escritórios administrativos para o protocolo, a DIRET, CTIS, biblioteca e arquivos com seus equipamentos e estações de trabalho. Piso em granito na circulação externa do edifício, piso elevado nas áreas de escritórios, piso em porcelanato no hall de entrada e circulação dos elevadores e das áreas comuns, forro em gesso acartonado, forro mineral modular e fachada em esquadria de alumínio, vidros e ACM. Paredes em alvenaria na caixa de escada, elevadores e sanitários e gesso acartonado nos cômodos técnicos. Equipamentos localizados para condicionamento do ar (Fancoil e VRF). Planejamento interno dos ambientes com divisórias, apenas com estações de trabalho e seus equipamentos (computadores + impressoras).

Primeiro e segundo pavimento (pavimentos-tipo):

Circulação, instalações sanitárias coletivas e PNE, 2 DMLs, 2 sala de quadros elétricos, 2 salas da telemática, 2 salas do ar condicionado, coordenação CGIS / CGCQTI / COGEP / CRL/CGCAL / CGOLD / CGCAP / CGCES / CGOFC / NOC / CGSNAEB / CGAEB / CGIM / , Fábrica, Banco, Suporte, diretorias do INEP: Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE) / Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) / Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) / Fábrica.

Divisórias em madeira, piso elevado e forro mineral modular nos escritórios. Hall dos elevadores com piso e parede revestidos em porcelanato e forro em gesso.

Equipamentos localizados para condicionamento do ar. Planejamento interno dos ambientes sem divisórias, apenas com estações de trabalho e seus equipamentos (computadores + impressoras).

Cobertura / Terraço :

Circulação, instalações sanitárias coletivas e PNE, 2 DMLs, 2 sala de quadros elétricos, 2 salas da telemática, 2 salas do ar condicionado, Presidência, Gabinete, AUDIN, Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), PROJUR, CGCQES, CGEENAD, CGACEIES e Comunicação.

Caixa d'água, laje impermeabilizada, bombas de pressurização.

Preventivos Existentes no Edifício Sede

Dois pára-raios do tipo Franklin sobre a cobertura, instalados no ponto mais alto do prédio, dimensionados e distribuídos de forma a proteger toda a área; rede de hidrantes não pressurizada, totalizando 44 hidrantes; 172 extintores manuais de incêndio distribuídos pela edificação conforme norma, tipo e capacidade; duas escadas de emergência externas, com portas corta-fogo, pressurização das escadas e iluminação de emergência a baterias.

Condicionamentos localizados – Chillers, Fancoils e VRFs; instalações elétricas normal e estabilizada por meio de 3 equipamento No-Break de 200 KVA, 1 de 250 KVA da marca New Wave UPS System e 3 No-break de 200 KVA da marca HDS, cabeamento estruturado para transmissão de dados e voz; instalações hidrossanitárias para WCs, copas, DMLs, vestiários e para o sistema de combate a incêndio; forros em gesso mineral e gesso acartonado; divisórias removíveis, revestidas em laminado melamínico; piso elevado, pisos frios (porcelanato) e carpetes (no auditório).

Apresenta a seguinte ocupação:

Subsolo 3: Garagens, Central de ar condicionado (Chiller) com capacidade de 260 e 130 TRs; Central do sistema de combate a incêndios; Sistema de exaustão; Almoxarifado da manutenção; Depósitos; Banco de baterias; Reservatório de água potável e reserva de incêndio.

Subsolo 2: Garagens, Torres de resfriamento do sistema de ar condicionado; Sistema de exaustão; Camarim; Sala de automação; Salas da pressurização das escadas; Sala de No-Breaks; Vestiários; Copa; Depósito.

Subsolo 1 (Auditório): Sala de geradores com dois grupos geradores de energia elétrica de emergência com 625 kVA e dois grupos geradores com 350 KVA para a sala cofre; Subestação; Sala de No-Break; Auditório equipado com 242 poltronas estofadas com equipamento de som completo; Sala de áudio e vídeo; Sala de tradução; Equipamentos de ar condicionado (Fancoil e Cassete); Sala de terceirizados; Associação dos servidores; Sala segura; Sala Cofre; Sala da Brigada; Almoxarifado INEP;

Térreo: Portaria com recepção, 2 catracas eletrônicas de acesso marca Wolpac, 1 equipamento scanner marca VMI e 1 pórtico de detecção de metais marca Mineoro, Circulação, instalações sanitárias coletivas e PNE, 2 DMLs, 2 sala de quadros elétricos, 2 salas da telemática, salas de ar condicionado com 2 fancoils, sala de monitoramento do CFTV, protocolo, escritórios administrativos para o protocolo, a DIRET, CTIS, biblioteca e arquivos com seus equipamentos e estações de trabalho.

Primeiro Pavimento: Sala de ar condicionado com dois fancoils; corredores; copas; sanitários; Sala Telemática; Sala dos Quadros elétrico, DML, Salas administrativas (DTDIE, NOC, Banco, Suporte, CGIS, Fábrica, CGCES, DEED, CGCEB).

Segundo Pavimento: Sala de ar condicionado com dois fan-coils; corredores; copas; sanitários; Sala Telemática; Sala dos Quadros elétrico, DML, Salas administrativas (DGP, CGOLD, CGOFC, COGEP, CRL/CGCAL, CGSNAEB, CGAEB, CGIM e CGCAP.

Cobertura: Bombas de incêndio; caixas d'água; para-raios; luz piloto; antenas de TV; sala de ar condicionado (VRF e 2 Fancoils); Sala dos Quadros elétrico, DML, Sala Telemática, corredores; copas; sanitários; telhado metálico tipo sanduiche com poliuretano, lajes e calhas impermeabilizadas; Banheiros; Copas; Comodos técnicos (elétrico; ar condicionado; Telemática), Presidência, Gabinete, AUDIN, Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), PROJUR, CGCQES, CGEENAD, CGACEIES e Comunicação.

Segue abaixo os quantitativos e os locais dos equipamentos protecionistas:

ANDAR	HIDRANTES	MANGUEIRAS	CHAVES STORZ	SPRINKLERS
G2	10	20	9	327
G1	10	14	9	321
PAV. A	11	21	10	314
TERREO	10	19	9	280
1 ° ANDAR	7	14	7	345
2° ANDAR	7	14	7	308
COBERTURA	7	14	7	257
TOTAL	62	116	58	2.152

Valor do bem segurado:

Importâncias a serem seguradas	Valor (R\$)	Valor total a ser assegurado
Edificação (26.363,59M²)	R\$ 102.837.510,06	R\$ 281.228.819,61
Informática	R\$ 146.685.172,20	
Mobiliário / Utensílio e equipamentos	R\$ 31.706.137,35	

Todos e quaisquer bens acrescidos ou incorporados ao patrimônio já existente no INEP, na vigência do contrato, deverão ser cobertos automaticamente pelo Seguro, quando a soma dos valores desses bens forem inferiores ou igual a 1% do valor total segurado. Igualmente, sempre que houver desincorporação de bens, na vigência do contrato, cuja soma dos valores desses bens forem superiores a 1% (um por cento) do valor segurado, ocorrerá à desincorporação dos respectivos valores do valor total segurado.

A apólice de seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

Incêndios de qualquer natureza, inclusive, decorrentes de greves, manifestações e/ou tumultos, independentemente do local de sua origem;

Explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, que atinjam as edificações do Inep;

Queda de raio dentro da área das edificações do INEP que causem qualquer dano aos bens ora segurados, onde estiverem localizados;

Danos elétricos;

Vazamento de *sprinklers*;

Danos a equipamentos eletrônicos.

As coberturas serão:

A cobertura Básica O seguro deverá conter na cobertura básica os riscos contra incêndios de qualquer natureza, inclusive decorrentes de greves, quedas de reais e explosões de qualquer natureza.

As coberturas acessórias compreenderão, ao menos, danos elétricos (aparelhos elétricos e eletrônicos), alagamento e inundações, derramamento acidental de *sprinklers*, vendaval, ciclone, tornado e granizo e quebra de vidros.

Na cobertura de danos elétricos devem estar incluídos os riscos causados a instalações eletrônicas ou elétricas, incluindo os conduites, materiais de acabamento, pinturas, lambris, devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, bem como pela queda de raio ocorrida fora do terreno ou imóvel segurado.

Modalidade Escolhida:

Baseando se no valor estimado, sugerimos a modalidade licitatória denominada pregão eletrônico.

A licitação a ser realizada por meio de pregão eletrônico, será julgada pelo critério de menor valor global do Prêmio.

Da Necessidade de Audiência Pública

Diante da complexidade técnica do objeto, não se vislumbra como necessária a invocação de audiência pública para esta contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo a serem contratados será o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
1	Serviços serviço de seguro predial, com franquia, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, tem por objetivo resguardar o patrimônio de eventuais danos ou prejuízos decorrentes de atos ou fatos futuros. de chaveiros.	Serviço	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 65.948,16

O custo estimado total da contratação é de R\$ 65.948,16 (sessenta e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) para 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	Serviços serviço de seguro predial, com franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, tem por objetivo resguardar o patrimônio de eventuais danos ou prejuízos decorrentes de atos, ou fatos futuros. de chaveiros.	Serviço	1	R\$ 65.948,16

Para cálculo do valor estimado para contratação do seguro (prêmio), em respeito ao art. 5º da IN 65/2021, adotamos os seguintes parâmetros e metodologia:

- Priorizados os parâmetros I, II e IV da IN nº 65/2021;
- Comparação da taxa de prêmio (prêmio ÷ valor em risco declarado) — também denominada taxa comercial ou tarifária;
- Obtenção de uma taxa de prêmio média, no valor de 0,02345%

9.3. A estimativa de custo considerou o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação adequada é a de adjudicação por preço por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao parcelamento do objeto pretendendo ganho em escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes para execução do objeto em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As contratações públicas são consideradas como instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão é vital para o alcance de resultados efetivos da organização tanto quanto para a entrega de produtos e ou serviços. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como atingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas, sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

Nesse sentido, a contratação guarda conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023, relacionada aos processos de suporte - atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, mais precisamente na gestão da logística pública em gestão das contratações e das aquisições de bens e serviços.

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Contratação - PAC 2023, sob o item 26/2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a adoção do Seguro Predial, espera-se a salva guarda dos bens patrimoniais que possuem valores significativos, pois caso haja algum sinistro correlacionado com o objeto deste instrumento no prédio do INEP haverá a garantia de que os prejuízos causados serão devidamente indenizados, considerando a inexistências de riscos decorrentes de atos criminosos ou de agravamento intencional.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações de ambientes para a viabilização da contratação e prestação dos serviços.

Se faz necessária a contínua capacitação do gestor/fiscal do contrato, atualizando seus conhecimentos às disposições constantes da IN MPDG 05/2017 e seus instrumentos de gestão, a exemplo do Mapa de Riscos e do Instrumento de Medição de Resultado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Este documento é de caráter preparatório e possui informações pertinentes à licitação, que serão utilizadas como fundamento de tomada de decisão; portanto, seu acesso, neste momento, é restrito. O direito de acesso às informações aqui contidas será assegurado com a edição do ato decisório respectivo (art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO VIANA PEREIRA ERVILHA

Técnico em Informações Educacionais

RONALD SIQUEIRA BARBOSA FILHO

Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais

